



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

086

**Mandado de segurança nº 101308-7**

**Impetrantes:** Manoel Nunes de Oliveira Filho e outros.

**Impetrados:** Secretário Estadual de Administração e Reforma do Estado de Pernambuco e FUNAPE.

R  
5522  
**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO DE ESTADO. INEXISTÊNCIA DE FORO PRIVILEGIADO DA AUTORIDADE REMANESCENTE. 1. Ação mandamental interposta com o objetivo de ver declarada a ilegalidade da cobrança da contribuição previdenciária estadual, cuja titularidade é da fundação impetrada, nos termos do art. 3º, § 1º, da LCE nº 28/2000. 2. Reconhecida a ilegitimidade passiva do Secretário de Administração e Reforma do Estado, determinando-se a redistribuição dos autos ao juízo de primeiro grau de competência especializada, ante a inexistência de foro privilegiado da autoridade remanescente perante a Corte Estadual de Justiça.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de mandado de segurança nº 101308-7, acima referenciado, julgado em sessão realizada no dia 16/12/2009, **ACÓRDÃO** os Desembargadores integrantes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar de ilegitimidade passiva do Secretário de Estado, determinando-se, por via de consequência, o envio do processo ao juízo de primeiro grau para redistribuição, tudo nos termos dos votos, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 17 de dezembro de 2009

**Des. Ricardo Paes Barreto – Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Salvador Desembargador Ricardo Paes Barreto*

94  
087

**Mandado de segurança nº 101308-7**

**Impetrantes:** Manoel Nunes de Oliveira Filho e outros.

**Impetrados:** Secretário Estadual de Administração e Reforma do Estado de Pernambuco e FUNAPE.

**RELATÓRIO**

Como relatório, adoto o do parecer da douta Procuradoria de Justiça, de fls. 76, que ao final opinou pelo acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva do Secretário de Estado e, no mérito, pela concessão da segurança.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

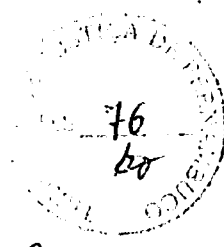
Int.

Recife, 1º de dezembro de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete do Procurador Geral**



088

**MANDADO DE SEGURANÇA**  
**PROCESSO Nº. 0101308-7**  
**2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS**  
**RELATOR: Des. ELOY D'ALMEIDA LINS**  
**IMPETRANTE: MANOEL NUNES DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS**  
**IMPETRADO: SECRETÁRIO ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA**  
**DO ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE**

**PARECER**

Trata-se de **MANDADO DE SEGURANÇA** impetrado por **MANOEL NUNES DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS**, através de advogado legalmente habilitado, com fundamento no art. 5º, inciso LXIX da Constituição Federal, alegando ofensa a direito líquido e certo, por ato omissivo do **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E COMO LITISCONSORTE PASSIVO A FUNAPE**, consubstanciado no descumprimento da Lei Complementar Estadual nº 027, de 13 de dezembro de 1999.

Através do despacho de fls.33/34, foi concedida a liminar e determinada a notificação da autoridade apontada como coatora e do litisconsorte passivo, que apresentaram as informações (fls.51/68), pugnando pela denegação da segurança ante a ausência de direito líquido e certo a amparar a pretensão dos Impetrantes.

Por fim, foram os autos encaminhados a esta Procuradoria Geral de Justiça.

Assim relatados, opino.

**DA ILEGITIMIDADE PASSIVA**

Entende esta Procuradoria que em relação ao Secretário Estadual de Administração e Reforma se verifica a falta de legitimidade para figurar no pólo passivo da ação mandamental.

A própria natureza do ato impugnado evidencia a ilegitimidade dessa autoridade para figurar no processo na qualidade de impetrado, eis que o presente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Salvato Desembargador Ricardo Paes Barreto*

101/1  
089

**Mandado de segurança nº 101308-7**

**Impetrantes:** Manoel Nunes de Oliveira Filho e outros.

**Impetrados:** Secretário Estadual de Administração e Reforma do Estado de Pernambuco e FUNAPE.

**VOTO DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO  
SECRETÁRIO DE ESTADO**

Merece prosperar esta preliminar, pois a impetração tem por objeto a declaração de ilegalidade da cobrança da contribuição previdenciária estadual, cuja titularidade é da fundação impetrada, nos termos do art. 3º, § 1º, da LCE nº 28/2000.

Voto, portanto e na linha do douto parecer ministerial, pelo acolhimento desta preliminar, excluindo do pólo passivo da demanda o Exmo. Sr. Secretário Estadual de Administração e Reforma do Estado de Pernambuco, determinando, por via de consequência, a redistribuição destes autos ao juízo de primeiro grau de competência especializada, com anotações de baixa, já que a autoridade impetrada remanescente não tem foro privilegiado perante esta Corte de Justiça.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**